

LUTAS FEMINISTAS E LGBTQ+ PELA DEMOCRACIA NO BRASIL

“Que Possamos Ser o que Somos”: memórias sobre o Movimento Gay de Alfenas no processo de luta pelos direitos de cidadania LGBT (2000-2018)

“So That We Can Be What We Are”: memories on the Gay Movement of Alfenas in the process of fighting for LGBT citizens’ rights (2000-2018)

Marta Gouveia de Oliveira Rovai*

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG), Alfenas, MG, Brasil

RESUMO: O artigo pretende apresentar parte da pesquisa que nasceu do diálogo com membros do Movimento Gay de Alfenas (MGA), fundado no ano de 2000, no sul de Minas Gerais. A organização tem atuado na defesa dos direitos humanos, em questões jurídicas e em manifestações culturais e políticas, lutando contra o preconceito de parte da sociedade, que desconhece sua história de luta e suas conquistas. Em negociação com seus membros, desenvolveu-se um levantamento de documentos fotográficos, filmicos e registros escritos, além da escuta em entrevistas semiestruturadas, sobre suas experiências na militância LGBT. Este texto procura apresentar parte da memória coletiva expressa por meio da história oral de vida de quatro de seus membros mais antigos, procurando valorizar sua trajetória como grupo e refletir sobre a constituição de uma identidade permeada por consensos, mas também por disputas e discordâncias em torno de sua história e dos significados que ela tem para a pluralidade de indivíduos que a compõem. Pretende-se contribuir, com este trabalho, na produção de uma história pública com a comunidade, ampliando as formas de registro, de acesso e de divulgação de suas histórias e memórias.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Gay de Alfenas. Memórias. História. Identidades.

ABSTRACT: *The article intends to present part of the research that was born from the dialogue with members of the Gay Movement of Alfenas (MGA), founded in the year 2000, in the south of Minas Gerais. The organization has been active in the defense of human rights, in legal issues and in cultural and political manifestations, fighting against prejudice on the part of society that is unaware of its history of struggle and its achievements. In negotiation with its members, a survey was developed of photographic, film and written records, as well as*

* Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG). Pós-Doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: marta.rovai@unifal-mg.edu.br
<http://orcid.org/0000-0003-0769-0748>

listening in semi-structured interviews, about their experiences in LGBT militancy. This text seeks to present part of the collective memory expressed through the oral history of life of four of its oldest members, seeking to value their trajectory as a group and to reflect on the constitution of an identity permeated by consensus, but also by disputes and disagreements around of its history and of the meanings it has for the plurality of individuals that compose it. It is intended to contribute, with this work, to the production of a public history with the community, expanding the ways of registering, accessing and disseminating their stories and memories.

KEYWORDS: Gay Movement of Alfenas. Memoirs. History. Identities.

Apresentação

A pesquisa nasceu do diálogo com o Movimento Gay de Alfenas (MGA), entidade que se originou no ano 2000, no sul de Minas Gerais, e que ainda atua na defesa dos direitos LGBT. Parte da concepção de história pública, que compreende a necessidade cada vez maior, em tempos de intolerância, em tornar cada vez mais conhecida a trajetória de luta de grupos que sofrem com preconceito e discriminação por seu gênero e/ou sexualidade. Recentemente excluídos das pautas governamentais e das políticas de Direitos Humanos, é urgente compreender a importância da articulação com o Estado e a sociedade civil quanto à formulação e execução das políticas públicas que contribuam para a qualificação da vida e da cidadania, pensando o paradoxo da universalidade dos direitos humanos e as especificidades dos direitos sexuais e de gênero.

O MGA é um exemplo importante que mostra em sua existência os avanços e conquistas no combate a estigmas e na garantia do respeito à diversidade humana. Por isso, este artigo tem como objetivo trazer a público um pouco desta história e reafirmar que, apesar das divergências ao longo de sua constituição e atuação, ela integra um processo ainda maior, que não pode ser obstaculizado ou abandonado, sob o perigo de perdas irreparáveis para o movimento LGBT, e também para a democracia brasileira.

A pesquisa que se desenvolve a partir das histórias de vida de seus membros não tem a pretensão de fazer um levantamento exaustivo das ações e projetos desenvolvidos no Brasil ou em Minas Gerais, pois o movimento LGBT tem uma longa trajetória de avanços, mas também muitas demandas ainda não atendidas. Seria inviável, também, nos limites deste texto, abranger toda história da instituição alfenense, mas pretendo apresentar e evidenciar, por meio da memória oral, sua contribuição na conquista de direitos e na construção da identidade LGBT, com seus consensos, dissensos e especificidades. Dentre oito entrevistas até aqui realizadas¹, para este artigo usei trechos de quatro participantes do MGA: Sander Simaglio, advogado, seu principal fundador e atual liderança; Marcelo Pereira Dias, agente administrativo, que foi um de seus presidentes; Wagner Gonçalves, enfermeiro, e Wall Alves, uma agente de saúde, ambos ex-militantes da organização na primeira década de 2000.

A pesquisa foi norteada pelos procedimentos da história oral tópica e temática (MEIHY; HOLANDA, 2007), utilizando entrevistas semiestruturadas, gravadas, transcritas e transcriadas. As temáticas tratadas foram relativas à fundação, às práticas na luta por direitos LGBT e às críticas aos limites de atuação da instituição. Para trabalhar as entrevistas, usou-se o conceito de memória coletiva, de Maurice Halbwachs (2006), como processo de construção sujeito a mudanças, recriações,

flutuações e negociações, a partir de aspectos como a cultura e a experiência do grupo que mantêm seus elementos identitários, mas também suas diferenças e especificidades, motivos de disputas.

Entende-se aqui que a Academia deve contribuir para o alargamento da produção de conhecimento não apenas para ou sobre a comunidade LGBT, mas com seus membros, desenvolvendo a prática sensível da escuta atenta e utilizando o registro de suas experiências para a mediação e o debate acerca de suas demandas e direitos, principalmente em contextos conservadores que buscam silenciá-los ou desvalorizá-los. A publicização de suas narrativas tem como objetivo promover a empatia e o direito à alteridade, rompendo preconceitos e reforçando o lema do MGA “Pelo direito de ser o que somos”, em tempos de medo e incertezas.

Breve histórico de uma luta

O Movimento Gay de Alfenas nasceu em meio ao longo contexto de redemocratização e avanço de lutas políticas no Brasil, a partir dos anos 1970 e 1980, como o feminismo e a busca pela afirmação identitária de homossexuais. Contrários à ditadura civil-militar e à cultura conservadora que a sustentava, aos poucos esses movimentos trouxeram para o debate público os problemas, necessidades e reivindicações sobre relações desiguais de gênero e contra o desrespeito às subjetividades e desejos, organizando-se em encontros e congressos específicos. Na década de 1980, alguns grupos se destacaram na militância LGBT, como o *Somos*, em São Paulo, o *Triângulo Rosa* e o *Atobá* no Rio de Janeiro e o *Grupo Gay da Bahia* em Salvador (FACCHINI, 2005). Além disso, periódicos que traziam a discussão de gênero e sexualidade foram publicados por feministas, como o *Brasil Mulher* (1978–1980), o *Nós Mulheres* (1976–1978) e o *Mulherio* (1981–1988), além do *Lampião da Esquina* (1978–1981), este último ligado ao movimento LGBT².

Além do enfrentamento político, nesse período, a sociedade foi impactada pela epidemia da AIDS, compreendida como uma espécie de hecatombe entre a desinformação científica e o preconceito social. Diante de tantas perdas e do temor que atingiu o mundo todo, principalmente a comunidade LGBT, houve um aumento da pressão por políticas públicas para assegurar a defesa de sujeitos fragilizados pelo vírus do HIV e por estigmas. O início de uma mobilização cada vez mais organizada por parte desse segmento levou a que, no ano de 1986, o governo federal criasse o Programa Nacional de DST/AIDS, que ganhou mais força a partir da década de 1990, com políticas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (GÓIS, 2003).

Não se tratava, porém, apenas de combater doenças, mas de se afirmar o direito à existência e à cidadania de grupos atingidos pela discriminação social. Nessa trajetória política, em 1995, foi fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT). Em 1996, ainda, teve origem o Programa Nacional de Direitos Humanos, estimulado por ativistas e por pesquisadores das principais universidades do país, que se voltaram aos temas de gênero e sexualidade. Em junho de 1997, organizou-se a I Parada do Orgulho LGBT, parte da busca coletiva por visibilidade, pressionando o Estado por políticas públicas voltadas aos direitos pela dignidade humana.

Em 2001, o Brasil participou da Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, na África do Sul. Uma das decorrências de sua participação foi a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), composto por representantes de organizações da sociedade civil e do movimento LGBT. Em 2002, foi publicada a primeira versão do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH),

fazendo alusão à população LGBT. Um dos pontos culminantes desse processo, no ano de 2004, foi a criação do Programa Brasil sem Homofobia, numa parceria entre Estado e organizações voltada à criação de medidas educativas pelo direito à diversidade de gênero e sexualidade e contra qualquer forma de preconceito e exclusão (FACCHINI, 2005; GÓIS, 2003).

No estado de Minas Gerais, especificamente, foi elaborado o Programa Mineiro de Direitos Humanos, em 2001. Em Belo Horizonte, foram promulgadas as leis municipais 8.283/01, contra a discriminação por orientação sexual; 8.176/01, que punia estabelecimentos por discriminação de gênero e sexualidade, a chamada Lei Rosa; 8.719/03, sobre os direitos das minorias, entre elas LGBT, e 9.011/05, criando a Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos (CMDH), voltada à defesa de políticas de direitos LGBT (LIMA, 2015). Compreender este cenário é importante, porque é nele que jovens de Alfenas se inspiram para criar o MGA. Desde o final dos anos 1990, o seu principal fundador, Sander Simaglio, um estudante de Direito, acompanhava festas que reuniam amigos homossexuais, muitas vezes às escondidas. De suas conversas informais e das notícias que chegavam sobre as mudanças e conquistas, ele tirou a inspiração para criar uma organização em Alfenas, o que me contou com muito orgulho e consciência de sua importância naquele momento:

Eu comecei a pensar no movimento, sem saber que existia a possibilidade de institucionalizar uma ONG, enquanto estudante de Direito. Então, eu percebia que existia uma lacuna para ser preenchida dentro da cidade, porque existiam uns cabeleireiros aqui em Alfenas na época, década de 90, que faziam umas festas gays. Só que era assim, uma coisa muito... Era um gueto! Alugavam algumas chácaras, no fundo da cidade para ninguém ver, e aí faziam umas festas que naquela época tinha o famoso *gogoboy*, as *drag queens* da região. Tinha os *dark rooms*, que eram os quatinhos escuros pra, inclusive, sexo sem segurança nenhuma, sem proteção nenhuma! [...] Naquela época, tudo era mais difícil... [...].

Eu sempre tive um perfil muito de liderança, sempre me destaquei, desde a escola, desde criança eu queria fazer a festinha junina da escola, a gincana, como sempre fiz... E com esses meninos, que a gente se conheceu aqui em Alfenas, que já era o clubinho de fazer festa gay, eu comecei a falar “gente, vamos montar alguma coisa, uma reunião semanal, falar alguma coisa, assistir um filme!”. Aí começa essa militância que eu nem imaginava que existia, isso em 1996... Até então eu não conhecia nenhuma outra militância, nem sabia que existia, nunca tinha lido nada, não conhecia nada! (Sander).

O interesse cada vez maior pelo que acontecia no mundo e no Brasil, em relação aos direitos humanos e, em especial ao movimento LGBT, fez com que ele e seus companheiros — dentre eles Marcelo — fundassem, em 2000, o Movimento Gay de Alfenas (MGA), usando como referência a militância política de grupos de Belo Horizonte e de Juiz de Fora, com o Movimento Gay de Minas (MGM), que havia conquistado a aprovação da Lei Municipal nº 9791/2000, conhecida como Lei Rosa, proibindo a discriminação da população LGBT na cidade, e cuja vivência Sander foi conhecer. As reuniões em uma galeria logo atraíram outros jovens, como Wagner Gonçalves, hoje um crítico da entidade:

O Fábio, um amigo, veio e me apresentou o movimento, que tava começando ali numa galeria, que era um porão onde é o salão do Radamés, que não era do movimento no começo. Ele entra bem depois. Mas nesse lugar, o Sander, meio com dificuldade de vender uma camiseta, outras coisas, no começo as reuniões eram feitas em casas, outros lugares. Esse lugar vem depois. E o movimento era o que viria a ser o MGA (Wagner).

Marco Prado e Frederico Machado (2008) afirmam que a intensificação da democracia, entre os anos 1980 e 1990, abriu espaços de interlocução política entre a sociedade civil e o Estado, promovendo formas de organização e reivindicação de direitos. É nesse processo que se insere o movimento LGBT e, em especial, o MGA. Sua atuação fez parte de certa qualificação técnica e teórica, como afirmam os autores, no processo em todo o país, cuja finalidade foi aprimorar as lutas que nasceram de forma espontânea — como foi o caso alfenense — e valorizar os sujeitos sociais que passaram a se entender como diferentes e com direitos. Percebemos, por meio das narrativas, que mais do que ações voluntárias, o MGA cresceu historicamente junto aos enfrentamentos engajados, em diálogo constante com profissionais das universidades da cidade (UNIFAL e UNIFENAS), das instâncias da saúde (Secretaria e Ministério), dos meios de comunicação (criação de uma revista e artigos em jornais) e da política (parcerias com a Prefeitura e Estado). As observações de Prado e Machado (2008) sobre a militância que se organiza no Brasil também é o que se pode perceber em Alfenas, passando seus membros a procurar por financiamentos públicos, concorrendo a editais e elaborando projetos para requalificar a vida da comunidade LGBT. Este processo levou, mais tarde, à eleição de Sander Simaglio para a Câmara dos Vereadores, o que dividiu seus membros quanto aos avanços e limites que este fato representou.

Nesse sentido, apresento a seguir algumas ações do MGA na tentativa de compor políticas públicas que alterassem as condições do viver entre setores ameaçados, fragilizados e marginalizados socialmente, como os homossexuais, transexuais e travestis de Alfenas e região, a partir de sua fundação. Mapear seu trabalho, em meio à diversidade identitária, buscando compor uma unidade política, é importante para entender a sistematização das práticas, a articulação de discursos, as demandas atendidas e em aberto, além da produção de saberes e experiências que possam fortalecer a construção de formas mais democráticas de negociação e reivindicação, levando em conta os paradoxos dos quais fala Joan Scott (2005), para quem é preciso reconhecer e articular as perspectivas universalizantes dos direitos humanos com os particularismos das demandas LGBT.

As ações e conquistas do Movimento Gay de Alfenas

O Movimento Gay de Alfenas nasceu em uma cidade pequena, com menos de 70 mil habitantes, cuja característica econômica principal é a produção de café em grandes fazendas e cuja cultura predominante é marcada por valores religiosos conservadores. Iniciado de forma tímida, por um grupo de amigos no final dos anos 1990, e consolidado oficialmente em 2000, com o lema “que possamos ser o que somos”, pode-se afirmar, por sua trajetória, que alcançou um processo de empoderamento da comunidade LGBT no município e na região ao redor, apesar do preconceito local e de receber críticas de militantes que não se identificam com seus procedimentos e definições. Compreende-se, aqui, como comunidade não um conjunto homogêneo de pessoas, mas formado por diferentes experiências e com dimensões diversas de poder. No entanto, o que os une é o fato de compartilharem aspectos semelhantes de opressão por sua orientação sexual ou pela não conformidade de gênero. Mesmo em constante embate interno e externo, a presença desse grupo na cidade trouxe visibilidade e reconhecimento à causa LGBT. Quanto ao processo de empoderamento que construíram, este é entendido a partir de Villacorta e Rodriguez, que o definem como

um processo através do qual, grupos que têm sido excluídos e marginalizados por causas econômicas, sociais, políticas, de gênero, etc., buscam mudar essa situação e se incorporar na determinação do rumo que suas localidades, países, regiões e o mundo devem tomar. Por isso, as estratégias de empoderamento são caminhos para sociedades locais ou nacionais mais democráticas, via pela qual grupos, atores e setores mais excluídos entram nos processos onde se decide o rumo daquelas (VILLACORTA; RODRIGUEZ, 2002, p. 48).

Desde então, o MGA, como entidade, buscou aprimorar percepções e fortalecer as potencialidades, adotando ações cooperativas que envolvessem grupos diferenciados na dimensão político-social na cidade e indicassem novos rumos para o tratamento social dado às pessoas LGBT. Na memória coletiva, a referência às reuniões que nasceram de forma voluntária e de maneira informal são marco fundador e recorte fundamental em suas vidas. Sander, Marcelo e Wagner, assim como outros entrevistados não mencionados, entendem que delas nasceu o processo de empoderamento, passando a ter cada vez mais membros e a se estender a outras cidades, como Varginha, Poços de Caldas e Três Corações, onde seus membros procuraram promover, junto à comunidade local, encontros, parcerias e outras organizações. Lembram eles que antes que houvesse uma sede, o MGA chegou a montar barracas em festas como o CarnalFenas, tradicional evento que atraía boa parte da juventude local e regional. Essas barracas eram grandes e montadas para atrair os olhares para existência de uma causa desconhecida ou ignorada pela população. Ali havia música, pequenas performances de *drag queens*, mas também a oportunidade de distribuir camisinhas, fazer breves orientações quanto à saúde e conversar com quem se aproximava.

Sander lembra que, mesmo antes do MGA ser fundado, ele e amigos homossexuais e héteros organizaram manifestações na Câmara de Vereadores para que fosse aprovada a lei Rosa, que já existia em Juiz de Fora e de Belo Horizonte, e pela qual o município punia estabelecimentos que praticassem a discriminação a pessoas LGBT: “Foi a primeira vez que se falou a palavra gay dentro do parlamento de Alfenas! Tenho muito orgulho disso!”, disse ele. O município passou a ser a terceira cidade a adotá-la no estado de Minas Gerais. Para a parada LGBT de São Paulo, antes que a de Alfenas existisse, os jovens confeccionaram uma camiseta com os dizeres: “Em Alfenas é legal ser gay”, em sentido duplamente positivado. Na memória coletiva, há a lembrança de que cada conquista promovia o fortalecimento da autoestima e da necessidade do enfrentamento coletivo ao preconceito e ao isolamento na cidade. Wagner Gonçalves, hoje distante e crítico do MGA, ainda lembra e reconhece o impacto de suas ações sobre a sua autoestima e a de seus colegas:

A frase que me ajudou a começar a encarar era assim: Eu me aceito! Não me interessa se alguém vai me aceitar. Eu me aceito! Eu não posso ficar me segurando. Aí, a partir daí eu começo a me desenvolver e tomar conta da minha vida. Essa ideia de se libertar. Mas aí eu entro nesse movimento diretamente e começo a ir a todas as festas, em todas as coisas, sabe? Eu queria participar daquilo. Porque eu não me assumia pra minha família, tinha medo de ser agredido, mas agora isso dava coragem pra gente assumir. Eu já não estava me importando se meu pai ou minha mãe me perguntasse se eu era gay. Esse movimento começou a me dar segurança. Eu comecei a sentir força nos meus amigos. Você cria uma perspectiva melhor de vida, sabe? E aí você vê que você não está sozinho! Que a minha dor também tem outro com dor! Que no meu esconderijo tem muitos que também estão escondidos, mas quando começa a abrir uma janelinha, começa a sentir um solzinho e aí a gente pensa: “Nossa, tô sentindo um solzinho... E tem outro que também está... Eu posso apoiar ele”. E a gente ajudava muito o outro, andava muito junto! E esse grupo foi ficando forte! Você não tem tanto medo de ser

agredido. Se você é agredido verbalmente, aquilo fica sem sentido porque você tá forte. Você não está sozinho, não! (Wagner).

Os quatro entrevistados também falaram do efeito da luta sobre as relações familiares, para alguns, muito conflituosas até então. Junto ao esforço individual, no espaço privado, para se fazer entender e ser aceito, as ações coletivas nos espaços da cidade e na própria legislação, alteraram a forma como seus parentes passaram a percebê-los e apoiá-los, mesmo que por um comportamento silencioso, sem perguntas invasivas e sem ofensas, ou ainda abertamente, acompanhando-os, mais tarde, em manifestações como a Parada LGBT. Sander foi um deles que, apesar de enfrentar sérios confrontos com sua mãe, conseguiu que ela se tornasse sua “aliada”:

Eu acho que o lance das mães não aceitarem de imediato não é nem por conta de preconceito, não é nem isso. Eu acho que é o medo do sofrimento do filho, da filha... “Ah, vai se travestir, vai morrer de AIDS, vai fazer programa, se prostituir na rodoviária, vai perder o dente, vai ser espancado, vai morrer, vai apanhar!” Isso na minha época! Se hoje é assim, imagina isso na minha época! (Sander).

De idas e vindas às Paradas LGBT, de São Paulo, de visitas a outras organizações e dos encontros cada vez mais constantes entre os amigos nasceu, enfim, o MGA, no ano de 2000, com seu registro formal em 2003. A entidade foi instalada numa galeria, no centro da cidade: “Alugamos um salão naquela galeria no calçadão. Era 200 reais o aluguel. [...] Tinha um vidro. Então, nós colocamos a bandeira gay e o símbolo do MGA”, contou Sander. Mais tarde, ela foi transferida para uma casa maior, com dois andares. Seus fundadores lembram com entusiasmo desse momento, em que a sede, cuja entrada era marcada por uma grande e longa bandeira colorida, chamava a atenção da população e mostrava à comunidade LGBT que havia um espaço de acolhimento. Wall, uma das principais militantes da causa trans e que hoje também tece críticas à atual organização, recorda do impacto sobre a vizinhança:

Isso foi por volta de 2005. E foi muito legal! Eu trabalhava na época que a ONG era na Av. São José, e quando a gente foi mudar pra lá, diziam: “Toma cuidado com o senhorzinho que tem lá, homofóbico” (seu João, que eu adoro ele!). “Vocês vão ter problema com ele”... No segundo dia ele já estava me ajudando!... Ele estava lá olhando, não entendendo nada. Eu tentando dobrar uma bandeira no meio do asfalto, de setenta metros. Já olhei pra ele: “O senhor não vai me ajudar? Me ajuda!”. Ele me olhou, pegou a bandeira, me olhando daquele jeito, caminhoneiro... Foi dobrando aquilo; a gente dobrou. Ele ajudou a guardar... Por fim, virou um defensor da causa! (Wall).

O MGA não se tornou uma casa de passagem, mas chegou a acolher pessoas que passaram a procurar a sede em busca de orientação; pessoas que haviam deixado suas casas, que moravam na rua, muitas portadoras de HIV. No salão alugado e, mais tarde na casa, Sander passou a atender, como advogado, em parceria com o projeto VHIVer, que pertencia ao Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas (CISLAGOS), cuja preocupação estava voltada aos cuidados e prevenção na área da saúde, principalmente de grupos vulneráveis. Por meio dela, Simaglio passou a dar assessoria aos portadores de HIV: “Eu dizia a eles ‘Vocês têm o direito de ninguém saber que vocês são portadores de AIDS, que isso é inviolável. Você

não precisa chegar num trabalho e o cara pedir exame de HIV, isso não existe”. Ainda em 2004, passou a coordenar o programa de DST/AIDS, em parceria com o município de Alfenas:

Fizemos a primeira cartilha linda, linda! Uma cartilha sobre direitos humanos. Ilustrada, falando sobre os direitos das profissionais do sexo, falando sobre os direitos dos portadores de HIV, embasado numa cartilha do grupo VHIVer. No final tinha o endereço do MGA de Alfenas, do Ministério e da Secretaria da Saúde, da OAB, tudo direitinho (Sander).

O MGA tornou-se referência na cidade, orientando e fazendo encaminhamentos a pessoas que vinham dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Seus membros participavam de treinamentos em Brasília e encontros organizados pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT). Concordando com a visão de Lígia H. Lüchmann e Janice T. Sousa (2005) sobre cidadania, entendo que como Organização Não-Governamental o MGA contribuiu para o empoderamento da comunidade LGBT, exercendo papel catalisador, canal de negociação mais próximo dos grupos e com ações pequenas, mas pontuais e impactantes. É preciso considerar, com certeza, seus limites e seus dissensos, mas também reconhecer sua atuação como “entidade instituinte”, o que para as autoras seriam aquelas que “visam ampliar os espaços de participação social junto às instituições políticas, interferindo diretamente nas definições das políticas públicas tendo em vista não apenas a efetivação dos direitos instituídos, mas também a criação de novos direitos” (LÜCHMANN; SOUSA, 2005, p. 97).

Paul Preciado (2014) chama a atenção para o fato de que essas lutas abarcam as mais diferentes identidades, mesmo quando em busca de pautas em comum. A aparente unidade identitária deve revelar as contradições, as memórias, as necessidades e os conflitos que permanecem submersos entre o próprio movimento LGBT. Na visão de Alberto Melucci (2001), é importante identificar e compreender, também, as formas de participação política menos institucionalizadas e como elas são canalizadas por formas mais organizadas de reivindicação para romper com a invisibilidade social e forçar o debate político. Esses movimentos não nascem prontos, mas passam por pequenas ações que fazem a diferença, como a que Wall, uma mulher transexual que trabalha como agente de saúde, contou no sentido de romper com estereótipos sociais:

Quando fui trabalhar na ONG, eu tentei passar pro povo uma visão profissional da ONG, entendeu? Mesmo na hora de atender o telefone, não era alô. Desde que cheguei era: “MGA, Wall, bom dia! Posso te ajudar?”. Já tentei imprimir uma coisa mais formalzinha, profissional, porque as pessoas pensavam que a coisa era assim: embaixo era a recepção, em cima cama motel! O povo achava que em cima era 24 horas sexo!! Era engraçado porque era perto de uma escola... As crianças passavam olhando praquilo. Era muito colorido; pensavam que era a Disneylândia!! Mas as mães passavam tampando o olho das crianças: “Não mexe, não mexe com isso aí, filho! Não olha!”... Só que as crianças foram rompendo a barreira e, por fim, eu já estava promovendo excursão!! Eu fazia questão de levar na parte de cima... “Ah, mas aqui tem mesa!”. “Sim, aqui tem mesa, cadeira, telefone, máquina de xerox”, pra pessoa perceber que era uma instituição séria.

Muitos homens vinham pegar preservativo: “Como é lá em cima?”. “Quer conhecer lá em cima? Vem aqui, vem conhecer”. Eles perguntavam: “Ah, mas pode?”. Eu respondia: “Pode! Claro que pode. Isso aqui é pra nós”... Aí chegava lá em cima era aquela decepção!! Cheio de mesa, cadeira, sala de reunião, sala do presidente, cozinha; não tinha polidance, nada, nada!! Foi quebrando aquela visão deturpada, entendeu? (Wall).

A busca pelo rompimento com estigmas e discriminação nas relações cotidianas alfenenses foi canalizada para ações mais formais, como a realização da Semana da Diversidade, na semana do orgulho LGBT, com debates junto à sociedade civil, em parcerias com a Universidade Federal de Alfenas e à UNIFENAS, universidades locais. Todos os entrevistados lembram, com orgulho, de realizações mais pontuais, atraindo pessoas de cidades vizinhas: o encaminhamento para exames junto ao CTA (Centro de Testagem e Aconselhamento de Alfenas) e o Cislago (consórcio para o tratamento de AIDS); o projeto que dava auxílio jurídico e o processo de preenchimento facial aos portadores de HIV:

No momento em que estive ali, presidindo o movimento foi um período (acho que quatro anos, em mandatos diferentes) — e eu acho que foi uma contribuição muito legal — de focar os portadores de HIV. Eu, a Wall, a Evelyn, Marzilio, uma turma que tinha uns projetos aprovados, de aplicação de metacrilato pra preenchimento facial, porque o HIV dá afundamento na face, perda de colágeno... (Marcelo).

A ONG foi uma coisa boa! A gente tinha o projeto de preenchimento facial, porque a pessoa, a partir do momento em que desenvolve a AIDS, ela tem lipodistrofia muscular e aí a pessoa fica com a cara da doença e aí tinha esse projeto de preenchimento... Com um metacrilato é próprio pra HIV/AIDS, porque não dá rejeição. Então achei superbacana esse projeto (Wall).

Além disso, o MGA, com recursos conquistados por editais públicos, chegou a criar uma academia de ginástica, entre 2008 e 2009, com o objetivo de promover o fortalecimento muscular de portadores de HIV. Com a orientação de um profissional de educação física e hora agendada, durante alguns meses ela foi frequentada por pessoas da cidade e de municípios ao redor, sendo fundamental para a qualidade de vida de seus participantes. Sua importante, mas curta existência é ainda motivo de controvérsia na memória de seus (antigos) membros:

Houve a academia, que veio um pouco antes, mas que foi usada neste projeto também. Era pra todos, mas ela tinha um foco — que acho que foi um erro — porque dizia que era para portadores, pra não der essa perda da fibra muscular, distrofia. Mas acabou criando um estigma, pois todo mundo sabia quem ia lá. Esse foi o grande erro! Deveria ser uma academia MGA, só! (Marcelo).

Mais tarde, a academia acabou sendo cedida a uma parceria privada e foi para um lugar mais discreto, longe dos olhares preconceituosos, e deixou de ser do MGA. A falta de verbas e de apoio governamental, nos últimos anos, e o medo do estigma contra portadores de HIV tornaram inviável a continuidade de projetos como esse na cidade. Apesar da diminuição de financiamento público para a ONG, o MGA chegou também a criar uma revista intitulada *Diversidade*, que circulou entre 2007 e 2011. A publicação contava com a colaboração coletiva, dividindo tarefas entre seus membros. As temáticas que variavam entre orientações jurídicas e voltadas à saúde pública, informações sobre o movimento LGBT no Brasil e no mundo, e artigos de especialistas e militantes relacionados a gênero e sexualidade, circulavam não apenas entre seus membros, mas entre o público alfenense, procurando esclarecer e combater a discriminação. Estas ações alçaram Sander Simaglio à candidatura como vereador na cidade, sendo eleito em 2008, momento em que divergências atravessaram os militantes LGBT. As divergências, para Alberto Melucci (2001) fazem

parte da necessária tensão e negociação dos movimentos sociais, na ausência de reconhecimento de grupos segregados e na reivindicação de visibilidade de uma identidade pública. Como ele, acredito que as fissuras na memória dos entrevistados sobre o significado do MGA e a eleição de Simaglio não desqualificam suas ações, mas reconhecem avanços, produzem aprendizado e novas reivindicações de direitos, como procuro mostrar a seguir.

As Paradas do Orgulho LGBT

Para Marco A. M. Prado (2003), discutir as ações políticas de grupos como o MGA deve estimular o debate quanto às práticas sociopolíticas contra a violação de direitos e também a compreensão das relações de poder, dentro e fora dos movimentos, seus avanços e tensões, no enfrentamento de estereótipos e de discriminação, assim como os limites de sua luta: “interesses individuais e a vida individual de sujeição coletiva. [...] O campo do político deve ser definido como o campo da tensão entre a lógica da posição identitária e a lógica da diferença” (PRADO, 2003, p. 68, 70).

Dentre as práticas que revelam consensos e dissonâncias no movimento LGBT está a realização da Parada do Orgulho LGBT, que também acontece em Alfenas desde 2004, organizada pelos membros do MGA, em associação com outros grupos políticos. Além das disputas em torno de políticas públicas, alguns autores reconhecem a importância das paradas como estratégias que promovem a ocupação do espaço público e a inserção dos sujeitos marginalizados no debate social. Segundo Alessandro Silva (2012), as Paradas do Orgulho LGBT contribuem para construção social de múltiplas formas de sexualidade, para o enfrentamento de desafios no âmbito das políticas públicas e para o empoderamento coletivo, em meio a conflitos que devem ser orientados para os interesses públicos, o que requer intersetorialidade das ações, territorialidade dos serviços e descentralização da política. As paradas, que são realizadas o mais próximo possível do dia 28 de junho (tendo como referência a resistência de grupos gay contra a violência policial, em 1969, no bar Stonewall, em Nova York), significam também, segundo autores como Facchini (2005), sensibilização e influência nos modos de pensar e de existir dos movimentos sociais LGBT na América Latina e no Brasil, colocando em evidência o íntimo e o privado e tornando o subjetivo político.

A ideia de empoderamento por meio da realização da Parada LGBT também é assim entendida pelos entrevistados, embora haja críticas ao seu formato ainda hoje e questionamentos quanto à sua finalidade, ao longo do tempo. Realizado em Alfenas desde 2004, o evento é um dos maiores do estado de Minas Gerais, atraindo pessoas de várias regiões. Em 2018 ela recebeu financiamento da prefeitura da cidade e contou com a participação de militantes de outros grupos políticos para que acontecesse a sua 13ª edição, em julho. Seus membros lembram de sua importância e das expectativas que tinham quando foi realizada pela primeira vez. Para Sander, o que importava naquele momento era a discussão nos bares, nas escolas, no boteco, todos voltados para a aceitação ou não do evento, para ele de caráter político. Tudo foi planejado, mas o medo era grande. Essa expectativa de que a manifestação desse errado foi relatada por Marcelo, Sander e Wagner, participantes do pequeno grupo que a organizava. A memória afetiva em relação ao dia foi revelada com intensidade pelos três entrevistados:

Até que chegou o dia... Mandei esticar a bandeira de cinquenta metros no chão... Tá aqui a nossa parada gay. Ali tava o trio elétrico. *Gogo boy* lá em cima. *Drag queen* lá em cima. Não tinha ninguém pra segurar a bandeira!... E chegou uma van de Paraguaçu, com uns gatos

pingados! 50 metros de pano, era pesado! [...] Eu tinha mandado fazer uma faixa enorme, escrito “Primeira Parada LGBT de Alfenas”. A Tieta chegou vestida de noiva. Noiva, assim, improvisada, com cortina marrom!! A Laisia pintou o corpo de verde e amarelo. As duas estavam segurando a faixa... [...] As estrelas na frente... E aí eu, Marcelinho, mais uns quinze, começamos a correr! O grupo de amigos héteros vendendo cerveja pra atrair o público, umas vinte pessoas segurando a bandeira. E o povo que veio para assistir... Aquilo foi lotando, foi lotando, foi lotando! Gente assistindo a parada gay! Pai, mãe, filho...

Era necessário fazer um discurso sobre o dia mundial do orgulho LGBT, a questão da HIV [...] Eu falava e via a reação... Gente batendo palma, indo embora... “Inclusive a gente tá percebendo que muita gente veio aqui pra conhecer. É tudo muito novo. É isso mesmo. É natural a reação de vocês. Vocês vão reparar em quem são os gays da cidade, em quem está assumindo aqui pela primeira vez, botando a cara a tapa. [...] Nós somos filhos desse país. A bandeira nacional também tem que nos proteger. Cidadania, diversidade”, fui falando disso tudo. Agora, o nosso símbolo é este que está aí estendido no chão. O arco-íris é o símbolo da diversidade humana. [...] Quem não tem preconceito, quem se livrou do ranço do conservadorismo, vem com a gente, caminhem com a gente pra gente saber que vocês nos apoiam! Vamos até o trevo da cidade... Claro que de três mil pessoas, duas mil foram embora, mas mil caminharam com a gente, segurando a bandeira. Eu chorei da praça ao trevo! O simples gesto daquele cara que trabalhava de caixa de supermercado segurar a bandeira, dizia: “Olha, eu tô aqui apoiando vocês!” (Sander).

A primeira parada... Já existia o interesse de fazer. Tinha um grupinho que queria fazer e o Sander já havia visitado outra ONG, o Movimento Gay de Minas, que era em Juiz de Fora e aí conheceu o Oswaldo Braga e o Marquinhos que era o presidente. Eles já faziam a parada e lá, naquele encontro, ele conheceu a coordenadora do estado da AIDS. E aí teve um edital sobre AIDS e teve uma sobra de recurso e pra essa sobra houve uma indicação pra o MGA pra se fazer a primeira parada. Aí houve apoio da Prefeitura, que na época contratou um trio elétrico. Na época a gente morria de medo de não ir ninguém, mas foi muito legal!... Era um grupinho que se uniu naquela ânsia de liberdade mesmo. Era tão louco, uma militância mesmo, pensar que a gente estava assumindo, ali no meio da rua falando que era gay, beijando... (Marcelo).

Mas naquela época era preciso ter força, coragem! As meninas fazendo um show, correndo risco, numa sociedade ainda conservadora! Risco mesmo! O movimento até tinha uma bandeira, mas ela não é mais importante. Abrir a bandeira lá na parada realmente, só Deus sabe o que tem de significado pra nós! Pegar uma agulha e costurar metros e metros... Não é só uma bandeira, não é só uma costura... Não são só metros e metros... É respeito! E você vinha alinhavando aquela bandeira rasgada, de várias paradas, eu, você, ele... Todo mundo juntando, a gente dando risada... Sabe? Aqueles meninos olhando um pra cara do outro e pensando “É a nossa vida!”. Somos nós! A sociedade precisa enxergar a gente e entender que a gente não é coisa não! (Wagner).

Para os narradores, a Parada era muito mais do que uma festa. Possuía caráter político e social, tornando visíveis as demandas do movimento e contribuindo para a aceitação da população. Um momento fundador de uma nova cultura na cidade; a possibilidade, para muitos outros jovens, de sair do isolamento, do medo e da solidão provocada pelo não enquadramento social heteronormativo:

Depois de duas ou três paradas, você começa a ver a cidade a mudar... Ela se torna mais receptiva. A gente já começa a ver amigos começando a ser contratados para trabalhar em certos serviços. A gente já começa a ver mudanças graças a todos que junto com o Sander deram a cara. Eu reconheço. Eu acho que avança muito quando você mexe com uma cidade

profundamente moralista, totalmente religiosa, uma estrutura numa cidade que, embora tenha duas grandes universidades, ainda é muito conservadora. Uma cidade cheia de nomes e sobrenomes e aí você tem gays ali escondidinhos nessas famílias... Esse movimento fez com que a gente pudesse sair mais de casa, a ir pras festas, a subir numa van... A sociedade começou a ver que um bancário tava ali, que um comerciante tava ali, um trabalhador. Todo mundo começou a colocar a cara no sol: o advogado, o enfermeiro, o estudante, entendeu? Todo mundo começou a aparecer e a sociedade começou a despertar, a se envolver! Era preciso que a sociedade conhecesse a história de cada um: a do balconista, a do professor... Por trás da sexualidade há uma pessoa, uma vida! (Wagner).

Essa percepção da importância de manifestações como a Parada LGBT é compartilhada pelos entrevistados, quanto ao fortalecimento das pessoas na cidade, na ocupação de espaços, no respeito recebido cotidianamente. É apenas uma das formas de intervenção política que, segundo Alessandro Silva (2012), contribui para promover o empoderamento e a visibilidade de grupos discriminados. No entanto, como afirmou Prado (2003), práticas como essa devem ser entendidas sempre em processo de tensão, marcadas por novas experiências, por trajetórias de vida que transformam as percepções sobre o passado e o presente. Sander foi eleito vereador do município, no ano de 2008, o que o afastou da presidência da entidade e dividiu seus militantes quanto à compreensão sobre ganhos e perdas para o movimento. A memória sobre o significado e a importância da Parada LGBT na cidade revela a tensão entre os entrevistados, que pensam o direcionamento da entidade de formas diferentes, hoje. Nos últimos anos, Simaglio voltou a assumir a direção do MGA, organizando a “festa” em 2018 e entendendo-a como fundamental, ainda, para a visibilidade e conquista de direitos, ao lado de outras práticas, como a participação no Conselho Municipal LGBT, criado no mesmo ano e do qual o MGA faz parte.

No entanto, Marcelo, que o sucedeu entre o ano 2008 e 2009, enquanto estava afastado como vereador, entende que o significado e a importância da Parada LGBT se transformaram diante de novas demandas. Na época, e ainda hoje, passou a defender que as prioridades deveriam ser os projetos e os debates realizados pela Semana da Diversidade e não o evento:

No meu mandato no MGA não teve parada gay, porque eu já via que a parada em si já estava perdendo seu sentido. E tinha uma parcela do movimento que tinha lançado um manifesto que dizia algo mais ou menos assim: “Vamos deixar um pouco os *gogoboy*s de lado, o trio elétrico de lado e vamos empunhar cartaz? Sabe, aquela coisa de focar na semana da Diversidade, focar nas discussões? E no meu mandato, com os financiamentos, eu fiz exatamente isso. Eu já não via a parada como prioridade. Eu ainda vejo a parada como uma questão de visibilidade, principalmente pra essa nova geração. Não pra que eles tenham quem os represente, mas pra ver aquele momento de libertação. O recurso que a gente tinha era pra Semana da Diversidade. Quando aconteceu foi uma Parada parada, entendeu? Tinha umas pessoas na praça, uma barraca de prevenção, tinha uma barraca do MGA, tinha inúmeros cartazes distribuídos na praça! E aconteceu a Semana da Diversidade e no dia que deveria ser a parada, foi este ato. Um ato de protesto. Eu fui extremamente criticado, mas é meu pensamento. Eu participei ativamente da ONG, mas chegou um momento em que apareceram essas questões e eu sempre achei que tinha que renovar e é o que eu acho que tem que acontecer, inclusive na parada. Tem que ter novas pessoas, tem que ter novas discussões. Tem que ter pessoal mais jovem, que vem vindo com novas ideias. E eu via isso, entendeu? Tem que renovar mesmo. Tinha que ter outras pessoas, tinha que ter outra diretoria, outro presidente, porque as ONGs são assim. Elas não pertencem a ninguém, pertencem a todos! (Marcelo).

A narrativa de Marcelo não é isolada entre os entrevistados, que enxergam, inclusive, o MGA como algo que precisa ser reinventado, a partir de novas gerações. Embora Wagner e Wall reconheçam e continuem a participar da Parada em Alfenas, eles consideram que sua força política se perdeu, diante de novas demandas e novas estratégias de luta, que precisam canalizar o diálogo para instâncias maiores e mais eficientes. Diante da retirada da pauta LGBT dos Direitos Humanos, pelo atual governo federal, é compreensível cada vez mais esta busca por ações de maior confronto e a crítica ao caráter festivo do evento, embora se reconheça a sua contribuição:

Hoje nós já saímos da “cara pro sol”. Eu me descobri, eu me libertei. Já saímos disso. Essa fase pode ser muito bem superada. A parada tem que ser vista hoje como um evento mesmo, um acontecimento cultural da cidade. Hoje ela não tem mais efeito de trazer a discussão. Pode acontecer? Pode. Mas ela não vai mais ter aquele impacto que teve anos atrás. É um novo modelo hoje inserida. Enquanto personalidade essa parada já se firmou! Mas hoje ela tem uma força? Não de sentido! Embora ela esteja ligada ao movimento, ela não é mais o cuidado com os meninos infectados. Essa virada de 1999 para 2000 já ganhou uma nova geração, um novo público, um novo pensamento. Então a parada hoje é como se fosse uma festa em Alfenas. As pessoas se arrumam pra ir lá, curtir a música, dançar... Vão aplaudir sim as *drags*, os *gogoboy*s, mas quando o Sander sobe lá no trio, pega o microfone e apresenta algumas figuras políticas, não tem mais aquele efeito. A parada perdeu realmente aquele sentido que ela precisava... Ela é um evento como a Parada de São Paulo também é, com seus lindos corpos, suas roupinhas, mas ela não é movimento (Wagner).

Porque se eu achasse que era só a parada gay, que era só fazer um carro elétrico, tocar musiquinha, vamos aplaudir os discursos e segunda-feira continua tudo como está, a gente já agradeceu esse povo. Há outras lutas pra além da festa (Wall).

A memória coletiva sobre o MGA: avanços e críticas

É importante lembrar que o fato do Movimento Gay de Alfenas ser fundamental no envolvimento da comunidade LGBT, não se trata de grupo cuja identidade é consensual. No entanto, é fundamental reconhecer a importância dos desdobramentos das políticas públicas para a população LGBT no Brasil, em especial em Alfenas, no sentido de contribuírem para a superação de opressões de gênero e sexualidade. Sobre isso, os entrevistados apresentaram consenso, ao considerarem a experiência coletiva como aprendizado e empoderamento:

Isso eu também aprendi dentro da ONG. Sobre HIV/AIDS. Participei de vários simpósios. Fiquei mais politizada. A ONG me trouxe muito isso. E também de agregar, de pensar em nome de um grupo. A ONG teve um papel muito importante nesse sentido (Wall).

O movimento começou com a gente lá atrás! A gente fez a primeira parada e a gente movimentou a cidade. A gente acordou a sociedade. A sociedade viu sim a travesti com o biquinho. Mas naquele momento teve apoio, teve respeito, você entende? A gente conseguiu ir a alguns lugares fazer palestra, conseguiu alertar sobre algumas coisas; montar barraca, levantar dinheiro pra algumas coisas. Conseguimos falar do nosso jeito em alguns lugares. Conseguimos montar peças, distribuir camisinhas, orientar sobre DST, HIV, AIDS. Então naquele momento foi

isso. [...] O MGA trouxe pra nós uma identidade; trouxe pra nós a possibilidade de acreditar que a gente poderia viver como a gente está vivendo hoje (Wagner).

Eu aprendi muito no MGA. O MGA ainda existe. Tem documentação, tem registro. Não tem mais projetos. Tem a parada. Até porque o governo federal cortou tudo. Antes tinha a marcha gay que acontecia em Brasília todo ano. Eu representei o sul de Minas em congressos; representei o MGA no evento da Dignidade em Curitiba, que tinha gente do Brasil inteiro. Havia a Associação Brasileira de Gays, da qual a ONG fazia parte. Havia encontro nacional LGBT todo ano e discussão o tempo todo. O Ministério da Saúde financiava; havia editais (Marcelo).

A diminuição de financiamentos públicos e parcerias, com o passar dos anos, foi apontado por todos os entrevistados como elemento fundamental para que a ONG tenha diminuído seus projetos. A criação de Conselho Municipal, do qual participam hoje Wall e Sander, com posições políticas às vezes opostas, foi apresentado como um caminho projetado para tentar avançar em direitos, num contexto em que o grupo vê ainda mais ameaçadas as suas conquistas, com a retirada das demandas LGBT das políticas públicas federais. Além disso, as narrativas deixaram escapar a tensão entre concepções políticas divergentes dos narradores, marcadas por seu afastamento ou não do MGA e pela relação com outras entidades e partidos. Sander ainda acredita na força do movimento sob a militância da ONG, com novos participantes, ainda que com sua liderança. Como seu idealizador, a identificação de sua pessoa com a instituição é clara, não apenas de sua parte, mas também por seus colegas, seja como mérito ou crítica.

Levando-se isso em consideração, entende-se que a memória coletiva do MGA não é uma entidade própria, separada e acima dos narradores. Eles a constroem e são construídos por ela, ativamente, tornando coletivo o desejo e/ou sofrimentos, por seu peso afetivo e político. As individualidades aparecem nas interpretações e avaliações, sempre em processo de negociação, como desvios e particularidades de cada um que narra. Para Halbwachs, a memória coletiva é sempre espaço de conflitos e negociações (HALBWACHS, 2006) e isto fica claro na rede de militantes do MGA. Na orquestração da memória coletiva, realizada por cada entrevistado, há um processo de reconhecimento dos avanços promovidos pela luta coletiva do MGA, mas também o apontamento de seus limites e da ausência de projetos mais eficazes voltados às questões políticas e à cidadania LGBT, nos últimos anos. Marcelo, hoje distante da entidade, fala em aprendizado e crescimento, mas também de despreparo quanto às novas demandas e a novos grupos, além da necessidade de lideranças e estratégias que ultrapassem aquelas que um dia foram usadas por sua geração. Sua crítica é acompanhada por Wagner e Wall:

Essa coisa “O MGA é o único movimento do sul que tem uma sede. Dois andares...”. Estrutura física não importa! Aquela salinha que a gente tinha primeiro era aconchegante; com as reuniões, todos se sentiam bem. Começou ali e poderia estar ali até hoje. Começou a se institucionalizar o movimento! [...] Tem que renovar! Eu pensava: “Já dei minha contribuição”. Nunca vou deixar de ser militante, mas de outras formas: dentro do hospital, dentro do trabalho, com o pessoal com quem eu convivo. Mas a militância organizada tem que deixar pro pessoal que tá vindo aí. As pessoas hoje se assumem muito cedo; já faz um tempo que as pessoas não têm mais medo de assumir, que estão se jogando, são muitos inteligentes e têm ideias pra colocar. Outros tempos! Isso é o legal! Nós fomos privilegiados no sentido de abrir uma porta! Eu posso olhar pra trás e pensar que eu contribuí e isso através do Sander, porque ele

tinha aquela coisa de querer organizar mesmo e aí conseguiu formar um grupo que acreditou naquela ideia. A gente participou disso. Perdurou um tempo e foi disseminando justamente porque tem que ter gente nova e novas demandas. É o que eu falo que tem sempre que renovar. Eu estou ultrapassado nas questões LGBT. Hoje tem novas nomenclaturas. A sexualidade humana é diversa demais! Por isso que eu digo que tem que renovar pra acompanhar essas novas discussões (Marcelo).

A ONG só deixou de existir quando as pessoas passaram a entrar e não deixar seus problemas da porta pra fora. Foi quando ela deixou de existir. Porque eu tenho isso comigo que meus problemas ficam lá fora esperando eu sair. Na hora do almoço, quando eu for sair, às cinco horas da tarde... [...] Antes, na ONG, Movimento Gay de Alfenas, tinha os projetos. Na ONG tem projetos e a gente tem que lidar com um projeto atrás do outro e agora não, eu não tenho esses projetos. Eu lido com o que vai aparecendo... (Wall).

O que deixou de fazer depois? Isso. Deixou de envolver. Deixou de envolver a gente. Não era mais o movimento gay, era o movimento de alguns gays. A semana da parada é dos organizadores! Hoje não tem mais o que nós vivemos (Wagner).

Na análise de Marcelo, Wall e Wagner, revela-se o questionamento à institucionalização do movimento LGBT e à gradativa perda de relações mais democráticas dentro do MGA. Apontam, ainda, para a necessidade de tratar do que, para eles, seriam as novas demandas, mais urgentes, uma vez que houve avanços em relação às subjetividades, à autoestima e ao processo de “sair do armário” por parte de sua geração, no início dos anos 2000, mas se amplia a diversidade expressas pelo aumento das letras na identificação do movimento. Como pertencentes a outra geração, marcada pelo advento do HIV, eles acreditam que esta pauta foi abandonada pelos jovens e que, junto com a questão das drogas, ela deveria ser retomada, sob novas formas de intervenção para as quais se consideram “ultrapassados”.

Diante das reações conservadoras que estamos assistindo em nosso país, concordo com os entrevistados: há muito, ainda, que se caminhar. As políticas de Direitos Humanos, se não consideradas as diversidades LGBT, cada vez mais complexas, podem voltar a reforçar as desigualdades, se considerarem as demandas como universais. No caso do MGA, as necessidades majoritariamente sob a direção de homossexuais masculinos, no início de sua existência, acabou por promover dissensos no grupo, apesar de algumas tentativas em abarcar práticas de inclusão social de transexuais e travestis, como contou Marcelo sobre quando foi presidente da organização:

Eu fiz um projeto que chamava “Acolhendo as diferenças”, que era só com travestis e transexuais. Principalmente em situação de prostituição. Nessa época foi muito legal porque a gente fez uma parceria com uma professora da Medicina — o Sander já conhecia a Ivana — e ela mandava alunos, acadêmicos, para participarem daquele projeto dentro de uma disciplina, em que eles se dividiam em vários projetos: no presídio, nas escolas, no MGA. Quase dois anos. A gente vinha à noite e conversava com as meninas na avenida. Tinha uma escola de cabeleireiros. Algumas concluíram o curso e hoje exercem a profissão: a Dani, a Evelyn... Infelizmente existia uma demanda, uma quantidade grande de pessoas que queria fazer, mas ia uma vez, duas vezes... A desistência era muito grande! Porque elas trabalhavam à noite, tinham que se sustentar, e tinha que ter disciplina. E aí tinha acompanhamento psicológico. A gente conseguiu também uma parceria com um laboratório de São Paulo, que foi o primeiro laboratório voltado para a saúde de travestis e transexuais, com vários especialistas, que tinha tratamento hormonal, pra cirurgia. Elas tinham um

acompanhamento psicológico aqui e daqui a gente fazia encaminhamento pra São Paulo. A gente conseguia o transporte na prefeitura e lá elas tinham fono, endócrino, advogado, tudo! (Marcelo).

Wall também lembra da importância dessas ações na transformação da vida de muitas mulheres trans e travestis que trabalhavam na prostituição, embora boa parte delas tenha permanecido ainda na avenida e não tenham se identificado com o MGA:

Teve o projeto que a gente também conseguiu para profissionalizar as travestis, que ganhavam o material e tudo mais. Curso de graça pra ser cabeleireira. Desse projeto pelo menos uma saiu, que é a Evelyn, dos doutores da beleza. Fiquei em cima até o fim pra ela fazer e ela fez até o fim. Tá lá com diploma dela exercendo a profissão. Era pra dez meninas e só ela conseguiu. Esse foi o lado positivo (Wall).

A entrevistada, que na época se identificava como homem e homossexual, acabou por fazer a transição de gênero e a pensar o MGA a partir de referenciais que foram se alterando em sua subjetividade. Como parte de sua resistência ao preconceito social, prestou concurso público, tornando-se agente de saúde. Ela exerce papel importante na periferia de Alfenas e no acompanhamento de travestis e transexuais da cidade, “suas irmãs”, como costuma chamá-las, e entende que políticas públicas voltadas para a alfabetização e para o preparo de mulheres trans para o mercado de trabalho seria uma meta fundamental. Hoje, ao lembrar do MGA, considera que a ideia de diversidade no MGA não chegou a representá-las, de fato. Com o predomínio de homens homossexuais, para ela poucas foram as decisões que, ao longo de sua história, procuraram corresponder aos interesses específicos de mulheres, mesmo as lésbicas, havendo pouca participação delas na condução das ações. O questionamento estende-se à própria opção pela sigla, restrita a um segmento:

A gente não se reconhece como movimento gay. A gente respeita, mas não se vê englobada neste G. Infelizmente. Não era um lugar pra elas. E quando eu fui parar lá dentro, eu consegui levar elas pra lá. Eu reconhecia a ONG como um corpo. Eu acho que eu tinha esse lado mais humano, essa sensibilidade pra trazer um grupo que não se reconhecia na palavra gay. Até porque era só MGA, Movimento Gay de Alfenas. As outras letras não estavam ali. Quem levou as travestis e as transexuais lá pra dentro fui eu. Até então elas olhavam praquilo como um lugar de gays heteronormativos, brancos, com dinheiro, com ensino superior (Wall).

Sobre este limite da sigla, Sander reconheceu ser um problema e um limite à participação mais efetiva de mulheres na ONG, mas fruto do contexto dos anos 1990. Mesmo restrito aos homossexuais — nomeados como gays, até então — a sigla, segundo ele, procurou atender à diversidade, na medida em que as demandas apareceram:

Eu já ouvi várias pessoas, na Universidade, nos grupos mais novos, dizerem: “Ah, não me representa. Eu não sou gay, eu sou lésbica, sou bissexual. Só que o peso da palavra gay na época era necessário. Se eu fosse colocar movimento GLS, era comercial!... Gay! Era uma palavra de impacto. A palavra pesava demais! Imagina, você estava na praça, estava na quermesse e tinha uma barraca do Movimento Gay de Alfenas! Não era gay de homossexual masculino. Era gay de alegre, de travesti, de transexual, de sapatão, de puta, de quem quisesse! [...] Na época não havia nada que nos representasse nessa diversidade. Então, na bandeira e na logomarca, além das seis cores, a gente mandou colocar mais seis cores mais claras pra baixo, para gente fazer uma miscelânea de sexualidade, pra escrachar, pra todo mundo se identificar nesse movimento (Sander).

Sander afirmou que, diante da ausência de identificação com a sigla, foi criado um grupo de mulheres lésbicas, trans e bissexuais, dentro da sede, dividindo duas salas e a infraestrutura da instituição: “Mas, sabe, sempre na aba do MGA”, o que para ele reforçou a falta de autonomia delas e o descontentamento com as formas de hierarquização e prioridades dentro da organização. Esse desconforto e as disputas pelo significado do MGA na contribuição com o movimento LGBT podem ser entendidos a partir de Michael Pollak (1992), para quem

[a] construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (POLLAK, 1992, p. 204).

Levando em conta o que Pollak afirma sobre a identidade e a memória, entende-se que além da construção contínua do sentimento de pertencimento LGBT, em relação ao mundo heteronormativo, a identidade e a ideia de comunidade defendidas dentro do MGA não significaram a ausência de disputas e conflitos entre seus diferentes membros. A ausência de identificação com a ONG, por parte das travestis e transexuais, foi um exemplo desses dissensos, que Sander procurou minimizar com a criação da Associação de Travestis e Transexuais de Alfenas (ASSTRAL), em 2009, o que, para Wall,

foi uma ONG criada meio que com medo de alguém criar antes. As meninas já pediam isso, por esta demanda. Até porque é uma demanda muito específica das travestis, das transexuais. Não era uma demanda gay. Era uma demanda bem diferente, um público bem diferente de trabalhar, de lidar, de conversar. O ASSTRAL existiu praticamente só no papel. Só existiu no papel. Inclusive a Evelyn era a presidente, mas só no papel. Não saiu do papel. Ela só foi criada para que alguém não a criasse, por quem de fato entendia essa demanda. Quem estava ali não queria trabalhar com ela. Não fazia questão de entender ou não entendia esse grupo. Não sei, não existia esse olhar pra isso. Não tinha ainda o olhar pra demanda da avenida e da pista. Ainda não se havia quebrado os paradigmas em relação a essas pessoas. Como te falei, dentro do próprio movimento, o olhar para transexuais e travestis é mais difícil, mais complicado: “Ah, é um grupo muito difícil de lidar. Ah, é um grupo muito complicado!”. Não é! A gente tem essa visão porque é um grupo que lida com o pior da humanidade (Wall).

Para ela, naquele momento havia, ainda, um olhar preconceituoso para as experiências e demandas transexuais. A discussão e as decisões sobre suas especificidades, tomadas por homens, impediram a compreensão de que era preciso ir mais além, de que os direitos homossexuais não eram suficientes para atender às múltiplas existências:

Eu vejo que são lutas diferentes. Eu trabalhei no MGA. Eu percebi que era separado. Então, alguém tinha que levantar essa bandeira. E eu levantei. São demandas diferentes, são vozes diferentes. São problemas específicos, entendeu? O gay não vai lutar pelo nome social dele; não vai lutar pela saúde dele. Já está lá pra ele. O nome dele não o ofende... Quando eu tô num lugar cheio de gente e alguém me chama de João — não que meu nome seja esse — eu não

tenho vontade nenhuma de levantar. Eu não quero levantar e as pessoas pensarem “João está vindo... Nossa, João?!”... Tem uma travesti lá, toda plastificada, maravilhosa, e o atendente faz questão de chamar João, sendo que tá escrito lá pra chamar de Maria?! Ele faz questão de chamar o João! Então, o gay não vai entender isso.

Para o movimento gay, avançou-se muito em direitos. Para as transexuais não! O movimento gay agora tá pegando um gancho com as transexuais porque dá dinheiro. Dá visibilidade falar das transexuais hoje. Graças a uma parte da mídia que está tentando mostrar uma imagem diferente, não estereotipada. A palavra trans começou a aparecer agora porque até então ninguém conhecia e nem conhece ainda (Wall).

A entrevistada chamou a atenção para uma questão delicada relativa à construção das identidades e às bandeiras em torno de direitos. A questão da saúde pública é um elemento central que diferencia suas pautas, assim como o reconhecimento de gênero, que vai além da sexualidade. Tratou-se, durante muito tempo, de uma persistente atuação contra a patologização e o preconceito entre os próprios companheiros homossexuais, que não compreenderam que o gênero estava além da sexualidade. Berenice Bento (2006) discutiu sobre a violência com que travestis ou transexuais são abordados e orientados pelas instituições jurídicas, na procura de adequar o registro civil de seu nome ao gênero com o qual se identificam, levando-os a realizar cirurgias de redesignação genital sem que muitas vezes desejem ou tenham condições. Wall, que até o momento da entrevista não desejava realizar a operação, procurou demonstrar o quão grave é o processo em que o “Estado toma conta do seu corpo” para reconhecer a sua identidade de gênero, um problema complexo que o movimento gay não conseguiu perceber.

O que a narrativa da entrevistada reafirma é que a construção da identidade coletiva e a constituição de ações institucionais supõem a necessidade de diálogo constante no atendimento de demandas múltiplas, mesmo que sob a mesma designação. Para ela, se a palavra gay funcionou como confronto a uma sociedade heteronormativa e conservadora, naqueles anos (como bem argumentou Sander), ela também teve um peso ao se tornar universal e omitir outras bandeiras de diferenças dentro das diferenças. Como afirmou Alberto Melucci (2001), trabalhar com ações institucionais e a ideia de identidade coletiva significa entender esta última como mutável, motivo de disputas políticas, sob identificações provisórias e múltiplas que se alteram com o tempo, com as relações sociais e com as necessidades de gênero e sexualidade que podem não ser as mesmas. Foi o que, em outras palavras, Wall desejou apontar como crítica ao MGA.

Considerações finais

O Movimento Gay de Alfenas deve ser compreendido não como representante único de múltiplas identidades de gênero e sexualidade, mas fruto das tensões que devem ser buscadas e compreendidas como motor das lutas que não se findam nunca. As experiências relatadas e aqui recortadas nos servem para tornar pública uma memória coletiva que, apesar das divergências, busca colocar os membros do Movimento Gay de Alfenas (MGA) como sujeitos ativos de uma história com marcos para a mudança de mentalidade e da cultura, não apenas em uma pequena cidade no interior de Minas Gerais, mas para o próprio avanço de conquistas no movimento LGBT. Os relatos aqui apresentados são significativos no sentido, também, de alertar para que as negociações por políticas públicas, realizadas pelas ONGs, levem em conta a diversidade de demandas, que

não devem ser apagadas ou diminuídas diante de prioridades pela igualdade. Trata-se do grande paradoxo, apontado por Joan Scott (2005), de se lidar com as demandas políticas por igualdade de direitos sem apagar as diferenças de reivindicações, da mesma forma que a diversidade não se torne obstáculo por pautas políticas em comum.

Acredito que as entrevistas relativas ao movimento liderado pelo MGA, em Alfenas, apontam para a sua grande contribuição, trazendo para o campo do direito um número grande de pessoas e colaborando para um empoderamento coletivo. Na memória coletiva, as parcerias que permitiram a existência de atendimento jurídico, o encaminhamento médico, a criação da academia de ginástica e a realização das paradas LGBT, significaram a conquista de autonomia e a construção de uma identidade que lhes dava orgulho, numa cidade conservadora. Ao mesmo tempo, os narradores mostram que sua inovação política, tão importante nos anos 2000, pode ter se perdido ao se ajustar a um modelo que atendeu a interesses restritos ao grupo que o fundou. O decréscimo dos financiamentos e projetos públicos, dos quais a entidade dependia, e a eleição de um de seus membros ao cargo de vereador causou fissura em suas interpretações quanto aos futuros encaminhamentos de suas reivindicações.

Seus relatos deixam evidente a necessidade de um exercício dialógico que fortaleça ainda mais o MGA dentro da concepção de uma democracia participativa, que leve em conta a complexidade nas formas de existir na comunidade LGBT alfenense, as novas e velhas práticas, não podendo ser reduzido a nenhum princípio totalizador nem de política nem de identidade coletiva (PRADO; MACHADO, 2008).

É inegável que a atuação política dos coletivos, como o Movimento Gay de Alfenas, tem aberto caminhos ao debate e à transformação social, a partir de uma árdua luta política que tem buscado superar os não-lugares a que estão relegados os sujeitos LGBT por serem destituídos do registro e da publicização de sua história e da própria cidadania, no que pode ser um grande retrocesso político para o país. Retomar a luta pela cidadania LGBT, neste momento, é uma árdua e urgente tarefa política, psicológica, cultural e social, pois, como afirmou Alessandro Silva, não há acesso pleno à cidadania se negar-se o reconhecimento à memória e à história “daqueles que foram postos à margem, obrigados a viver vidas que não eram as suas para poder sobreviver à opressão normativa” (SILVA, 2012, p. 119). Nesse sentido, este artigo procurou contribuir para a publicização do debate em torno da democracia, identificando, descrevendo e refletindo sobre a trajetória de um grupo político que atua, de forma tensa mas desafiadora, em torno da constituição e do fortalecimento de canais de diálogo e negociação política constantes, pela construção de uma vida mais digna.

Referências

- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- GÓIS, J. B. H. Desencantos: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 289-297, jan./jun. 2003.
- HALBWACHS, M. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LIMA, A. M. Entre o universal e o particular: os direitos humanos LGBT em Belo Horizonte e Lisboa. In: MARTINS, H. et al. *Interseções em Psicologia Social: raça/etnia, gênero, sexualidades*. Florianópolis: Abrapso; CFH; UFSC, 2015. p. 101-129.

- LÜCHMANN, L. H. H.; SOUSA, J. T. P. Geração, democracia e globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, n. 84, p. 91-117, nov. 2005.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MELUCCI, A. *Invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PRADO, M. A. M. Psicologia política e direitos humanos: tensões da relação indivíduo e bem comum. In: GUERRA, A. et al. *Psicologia Social e Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Campo Social, 2003. p. 65-75.
- PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.
- PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: N1 Edições, 2014.
- SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.
- SILVA, A. S. Memória, consciência e políticas públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas. *Revista Eletrônica de Psicologia Política*, São Paulo, ano 9, n. 27, p. 111-142, mar. 2012.
- VILLACORTA, A.; RODRIGUEZ, M. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, J.; ANTUNES, M. (org.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 45-66.

Notas

¹ As entrevistas foram autorizadas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG) e pelos entrevistados.

² Essa não foi, porém, a primeira publicação. Na década de 1960, já existiam periódicos voltados ao público homossexual no Brasil, como *Snob*, *Le Femme*, *Subúrbio à noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *O Centauro*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazine*, dentre outros.

Data de recebimento: 29/01/2019

Data de aprovação: 30/09/2019